

AValiação DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO SEGUNDO GOVERNO LULA: “PROVÃO II” OU A REEDIÇÃO DE VELHAS PRÁTICAS?

José Carlos **Rothen** – UFSCar

Gladys Beatriz **Barreyro** – USP

Agência Financiadora: FAPESP

A elaboração e a implantação do SINAES foram marcadas por percalços e embates nos bastidores do governo Lula. Verifica-se que atos normativos e diretrizes posteriores mostravam contradições entre si. Em 2008, contrariando a expectativa de que o SINAES teria papel central na regulação, foram criados dois índices com esse fim: o Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC). A criação de um instrumento simplificado de avaliação para a regulação, a utilização de ranqueamentos e o uso intensivo da mídia resgatam práticas centrais da política da educação superior do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Tendo como norte a identificação das continuidades e rupturas entre os dois governos, na comunicação discute-se a hipótese de trabalho de que a adoção dos Índices responde à obrigação herdada de regular o sistema via avaliação, assim – a pesar da inclusão social proposta pelo governo – a lógica privatizante continua.

Palavras-chave: avaliação da educação superior; conceito preliminar de cursos; índice geral de cursos; regulação e avaliação da educação.